

DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO PARQUE VALE DOS DINOSSAUROS EM SOUSA-PB

GUIDELINES FOR THE REVITALIZATION OF THE DINOSAUR VALLEY PARK IN SOUSA-PB

Shayd Oliveira da Silva¹

Diêgo Claudino de Sousa Diniz²

José Jair Pereira³

Larissa Duarte Galvão⁴

RESUMO

O Monumento Natural Vale dos Dinossauros, localizado em Sousa-PB, constitui um dos mais relevantes sítios paleontológicos do mundo, abrigando pegadas fossilizadas de dinossauros do período Cretáceo. Esta pesquisa teve como objetivo propor diretrizes arquitetônicas e urbanísticas para a revitalização do parque, harmonizando a preservação do patrimônio paleontológico com a qualificação dos espaços de visitação, a melhoria da acessibilidade universal e o fortalecimento do turismo sustentável. A metodologia adotada incluiu revisão bibliográfica, análise documental do Plano de Manejo, visita técnica in loco, com registro fotográfico e aplicação de questionários semiestruturados a visitantes, funcionários e moradores de Sousa-PB. A partir da análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fragilidades e Ameaças), foram identificados os principais desafios - infraestrutura degradada, erosão do canal de alívio, baixa acessibilidade universal e sinalização ineficiente, e potencialidades, como o forte sentimento de orgulho (90,9% dos entrevistados) e o reconhecimento científico internacional. Os resultados indicam que, embora o patrimônio seja o grande atrativo, a experiência do visitante é comprometida por fragilidades operacionais e pela falta de integração com a cidade. Com base no diagnóstico e em referenciais de boas práticas, foram elaboradas diretrizes organizadas em curto, médio e longo prazos, abrangendo desde ações emergenciais de conservação até a consolidação de um polo de geoturismo, e a implantação de governança participativa com sustentabilidade financeira. Conclui-se que a revitalização do Vale dos Dinossauros deve integrar preservação, acessibilidade universal e desenvolvimento socioeconômico regional, em consonância com o Plano de Manejo da unidade, transformando o parque em um espaço inclusivo, educativo e efetivamente gerador de benefícios para a comunidade sousense.

Palavras-chave: Revitalização; Patrimônio paleontológico; Turismo; Vale dos Dinossauros.

ABSTRACT

The Vale dos Dinossauros Natural Monument, located in Sousa, Paraíba State, Brazil, constitutes one of the world's most significant paleontological sites, housing fossilized dinosaur footprints from the Cretaceous period. This research aimed to propose architectural and urban design guidelines for the park's revitalization, harmonizing paleontological heritage preservation with enhanced visitor facilities, improved universal accessibility, and the strengthening of sustainable tourism. The methodology

1 ¹Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo. Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), Cajazeiras, PB, Brasil. E-mail: shaydoliveira007@gmail.com

2 Arquiteto e Urbanista - Mestre. E-mail: 000848@fsmead.com.br.

3 Arquiteto e Urbanista - Especialista. E-mail: pereira.jair9120@gmail.com

4 Arquiteta e Urbanista - Mestre. E-mail: 000868@fsmead.com.br.

Autor para correspondência:

Shayd Oliveira da Silva
E-mail: shaydoliveira007@gmail.com.

Como citar:

SILVA, S. O.; DINIZ, D. C. S.; PEREIRA, J. J.; GALVÃO, L. D. Diretrizes para revitalização do Parque Vale dos Dinossauros em Sousa-PB. Revista Interdisciplinar em Saúde, v. x, n. x, p. x-x, 2026.

included literature review, documentary analysis of the Management Plan, on-site technical visits with photographic recording, and semi-structured questionnaires administered to visitors, staff, and residents of Sousa. Based on a SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) analysis, key challenges were identified, degraded infrastructure, erosion of the relief channel, poor universal accessibility, and inefficient signage, along with potentialities, such as strong local community pride (90.9% of respondents) and international scientific recognition. Results indicate that while the heritage itself is the main attraction, visitor experience is compromised by operational weaknesses and a lack of integration with the city. Grounded in the diagnosis and best-practice references, guidelines were organized into short, medium, and long-term actions, ranging from emergency conservation measures to the consolidation of a geotourism hub and the implementation of participatory governance with financial sustainability. It is concluded that revitalizing Vale dos Dinossauros must integrate preservation, universal accessibility, and regional socioeconomic development, in line with the unit's Management Plan, transforming the park into an inclusive, educational space that effectively generates benefits for the local community of Sousa.

Keywords: Revitalization; Paleontological Heritage; Tourism; Vale dos Dinossauros.

INTRODUÇÃO

No município de Sousa, localizado no sertão paraibano, encontra-se o Parque Vale dos Dinossauros, um dos mais relevantes sítios paleontológicos do mundo, com uma área de 704 quilômetros quadrados na Bacia do Rio do Peixe, no período Cretáceo (SUDEMA, 2022). O Sítio é caracterizado como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral a nível estadual de responsabilidade, tendo sido transformado em Monumento Natural pelo Decreto nº 23.832, de 27 de dezembro de 2002, com uma área de 1.730 km², abrangendo 30 localidades no alto sertão da Paraíba.

De acordo com a Lei nº 9.985/2000, que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), um monumento natural tem como objetivo preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que haja a possibilidade de compatibilizar os objetivos da Unidade de Conservação (UC) com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (Brasil, 2000). A responsabilidade sob a proteção e gestão do Parque Vale dos Dinossauros é da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), além do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Debates em torno da necessidade de melhorias neste Monumento Natural ocorrem há mais de uma década, uma vez que, em 2012, o Governo da Paraíba já discutia um projeto de revitalização para o Parque (Assembleia Legislativa da Paraíba,

2012). Com investimentos da Petrobrás e do Governo da Paraíba, o Monumento passou a contar com museu, auditórios, escritórios, banheiros, passarelas, mirantes de observação e casa do pesquisador no ano de 2015 (Silva *et al.*, 2017). Já no ano de 2023, uma nova reforma foi realizada nas pontes e passarelas, para garantir conforto dos visitantes (Jornal da Paraíba, 2023).

Observa-se que o conjunto poderia ter uma infraestrutura melhor de apoio para visitantes, assim como conexão com outros equipamentos turísticos da cidade de Sousa. Além disso, a acessibilidade universal, direito garantido pela Lei nº 10.098/2000 e regulamentado pelo Decreto nº 5.296/2004, e tecnicamente detalhado pela NBR 9050:2020, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ainda não foi plenamente incorporada ao parque, comprometendo a autonomia e a segurança de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Conforme propõe Matrouk (2024), a acessibilidade em sítios patrimoniais deve ser compreendida em quatro dimensões inter-relacionadas: a acessibilidade física, que garante a circulação com autonomia; a acessibilidade sensorial, que contempla recursos táteis e sonoros para pessoas com deficiências visuais ou auditivas; a acessibilidade intelectual, que torna as informações compreensíveis para todos os públicos; e a acessibilidade socioeconômica, que assegura que as barreiras financeiras ou sociais não impeçam o usufruto do patrimônio.

No contexto do Vale dos Dinossauros, a revitalização alinha-se às diretrizes do Plano de Manejo, que prevê a consolidação da infraestrutura de apoio ao turismo e a criação de espaços para lazer, contemplação e educação ambiental por meio de programas como o de Proteção ao Patrimônio Paleontológico, o de Uso Público e o de Integração Social.

Diante desse contexto, o presente trabalho teve por objetivo propor diretrizes projetuais arquitetônicas e urbanísticas para a revitalização do Vale dos Dinossauros, localizado em Sousa-PB, que harmonizem a preservação do patrimônio paleontológico com a valorização dos espaços de visitação, a melhoria da acessibilidade e da infraestrutura, potencializando sua função no desenvolvimento turístico, cultural e econômico da região. Para isso, tem-se como objetivos específicos: analisar e identificar as principais vulnerabilidades e potencialidades do parque no que diz respeito à infraestrutura, arquitetura, acessibilidade e integração espacial; discutir sobre a valorização atribuída ao lugar por parte da população e dos visitantes; e analisar referências e boas práticas de intervenção em áreas históricas e de preservação patrimonial e paleontológico.

Esse trabalho justifica-se por propor estudo e discussão sobre uma área de relevância histórica, científica e cultural - um bem paleontológico de reconhecimento internacional, que não apenas guarda um patrimônio científico de valor inestimável, mas também representa um dos principais símbolos de identidade local, atraindo turistas, pesquisadores e estudantes de diversas regiões. Justifica-se, ainda, por propor diretrizes de requalificação arquitetônica e urbanística que contribuam para a salvaguarda do Vale dos Dinossauros.

METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se, quanto aos objetivos, como exploratória, permitindo maior familiaridade com o tema por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Quanto à natureza, é predominantemente qualitativa, buscando compreender a complexidade da temática, embora também utilize análise quantitativa dos questionários. Quanto ao objeto de estudo, configura-se como um estudo de caso, tendo como recorte o Monumento Natural Vale dos Dinossauros, em Sousa-PB.

A pesquisa no levantamento de dados primários por meio de visita técnica e aplicação de questionários semiestruturados, seguida da análise dos dados e à formulação das diretrizes de revitalização, organizadas em curto, médio e longo prazos.

A fundamentação se deu de publicações dos últimos 15 anos (2010 a 2025), além de documentos clássicos e normativos, como a Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000), a NBR 9050:2020 e o Plano de Manejo do MONA Vale dos Dinossauros (SUDEMA, 2021). O trabalho também levou em consideração as experiências correlatas de Sandre (2017) sobre o Parque Estadual da Cantareira, em São Paulo.

Realizou-se visita técnica *in loco* no dia 04 de maio de 2026, com observação direta, registro fotográfico e análise das condições de infraestrutura, acessibilidade, sinalização e conservação do patrimônio. Foram aplicados três modelos de questionários semiestruturados, cada um com 10 perguntas (objetivas e abertas), utilizando a Escala Likert de 5 pontos. Os públicos-alvo foram: visitantes do parque (aplicação presencial); funcionários e gestores (aplicação presencial); e moradores de Sousa-PB (aplicação virtual via Google Forms, no período de 10 de março a 30 de abril de 2026). A amostra totalizou 3 visitantes, 1 funcionário e 11 moradores.

Os dados coletados foram analisados de forma descritiva e cruzada, utilizando-se a matriz FOFA (Fragilidades, Oportunidades, Forças e Ameaças) para sistematizar os aspectos internos e externos que impactam o MONA. A partir desse diagnóstico integrado e do referencial teórico, foram formuladas diretrizes de revitalização organizadas em três prazos: curto, médio e longo prazo (projetos estruturantes).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todo o levantamento de dados realizado permitiu traçar um panorama da situação atual do MONA Vale dos Dinossauros, identificando suas principais fragilidades e forças, que serviram de base para a matriz FOFA e para a elaboração das diretrizes de revitalização.

No que tange à acessibilidade universal, a infraestrutura atual apresenta algumas limitações, como locais com desníveis e degraus sem o devido cuidado de rampas de acesso, fato reforçado pela percepção dos frequentadores e gestores, captada pelos questionários. Todos os visitantes relataram ter encontrado dificuldades

de acesso ou locomoção dentro do parque, inclusive um dos entrevistados especificou o problema de "trajetos sem acessibilidade".

Na afirmação "O parque oferece condições adequadas de acesso e locomoção para todos os visitantes", nenhum visitante concordou, indicando uma percepção negativa. O funcionário entrevistado corroborou essa visão ao apontar a "dificuldade de acesso ao local" como um dos principais desafios operacionais, evidenciando a necessidade de intervenções. A figura 1 apresenta espaços encontrados que estão em desacordo com os princípios da acessibilidade.

Figura 1 - Situação atual da acessibilidade externa do MONA.



Fonte: Autor (2026).

Com relação à sinalização, foi possível identificar que as placas informativas existentes no interior do parque restringem-se a um formato unicamente textual, sem a adoção de recursos de acessibilidade visual, como alto contraste, fontes ampliadas ou pictogramas, ou sensorial, como informações em braile ou QR Codes para audiodescrição. A figura 2 apresenta a sinalização atualmente utilizada no MONA.

Figura 2 - Sinalização utilizada nos acessos do Parque.



Fonte: Autor (2026).

Essa configuração limita severamente a acessibilidade intelectual e sensorial (Matrouk, 2024), uma vez que a compreensão da narrativa paleontológica fica condicionada à capacidade de leitura e à ausência de deficiências visuais ou

cognitivas. A situação mais crítica, no entanto, diz respeito à sinalização de acesso ao parque. A totalidade dos visitantes entrevistados (100%) manifestou discordância quanto à eficiência da sinalização viária, classificando-a como ineficiente, dificultando a localização do MONA por turistas, e agravando a percepção de desintegração entre o patrimônio e a malha urbana.

Ainda analisando a infraestrutura do MONA, foi identificado que os acessos cobertos apresentam desgaste na sua estrutura, com telhas em fibrocimento com fissuras e vazamentos, piso cimentado fissurado, elementos com armadura exposta. Já com relação às lixeiras distribuídas ao longo das trilhas, verificou-se que os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, aparentemente novos ou com manutenção recente. No entanto, a quantidade de pontos de coleta mostrou-se insuficiente para a extensão dos percursos. Recomenda-se, portanto, a instalação de novos pontos de coleta, respeitando distâncias regulares e priorizando os trechos de maior concentração de visitantes.

Já os bancos, posicionados nas áreas de pausa, são todos de madeira, e já com alguns sinais de desgaste e rachaduras. Além disso, sob a ótica do desenho universal, tais mobiliários não atendem às especificações da NBR 9050:2020, haja vista a ausência de encostos, assentos com altura inadequada para transição de cadeira de rodas, e falta de espaços reservados ao lado para permitir o acompanhamento por pessoas com mobilidade reduzida.

Observou-se que as passarelas de acesso ao sítio paleontológico, embora fundamentais para a preservação dos icnofósseis, apresentam leves sinais de corrosão dos elementos metálicos, com necessidade de nova pintura. Do mesmo modo, o revestimento em madeira do piso das passarelas apresenta desgaste pelo uso, com necessidade de pintura protetiva e adequada para madeira. A figura 3 apresenta a situação atual das passarelas.

Figura 3 - Passarelas que dão acesso às pegadas no MONA.



Fonte: Autor (2026).

O canal de alívio, construído em 1998 para desviar o fluxo do Rio do Peixe e proteger as pegadas, sofre com alguns processos erosivos, colocando em risco sua eficácia a longo prazo, conforme já alertado no diagnóstico do Plano de Manejo da SUDEMA (2021). Percebeu-se, em campo, que a água está erodindo a base das

estruturas de contenção e das margens. O fluxo da água parece estar escavando por baixo das estruturas, o que pode levar ao colapso total das bordas do canal a médio e longo prazo.

Nas partes não canalizadas do rio foi identificado um assoreamento inicial, o que pode interferir na capacidade de vazão do rio e, em casos de cheias, as pegadas podem ser alagadas e danificadas, além de que, o canal pode não dar conta do volume de água, causando transbordamentos que podem atingir justamente as áreas que deveriam ser protegidas. A alvenaria de pedra e o concreto das bordas apresentam sinais de desgaste e falta de manutenção preventiva. A figura 4 identifica os pontos de fragilidade identificados.

Figura 4 - Situação do canal de alívio do MONA.



Fonte: Autor (2026).

Fazendo uma ligação entre a situação do canal e das passarelas, é necessário verificar a estabilidade das fundações dos mirantes, já que, se a margem onde eles estão fixados está sofrendo erosão e movimentação de solo, a segurança dos visitantes pode estar em risco a médio prazo.

Em consonância com a NBR 9050:2020 e as quatro dimensões da acessibilidade em sítios patrimoniais propostas por Matrouk (2024) - física, sensorial, intelectual e socioeconômica -, o diagnóstico aponta que o MONA atende precariamente a todas essas dimensões. A acessibilidade física está comprometida por rotas não adaptadas, desníveis, ausência de corrimãos e pisos irregulares. A acessibilidade sensorial foi considerada inexistente pela falta de recursos táteis, audioguias ou sinalização em braile. A acessibilidade intelectual está limitada por uma sinalização educativa que, embora presente, poderia ser mais didática e interativa. Já a acessibilidade socioeconômica poderia ser ampliada com a integração do parque à comunidade local e políticas de ingresso diferenciado.

A amostra das entrevistas presenciais realizadas no dia 04 de maio de 2026 foi de 3 visitantes do parque e 1 colaborador, funcionário que se dispôs a responder às perguntas. Já na pesquisa online, que ficou em aberto no período de 10 de março a 30 de abril de 2026, obtendo 11 respostas, mesmo após divulgação do link entre os moradores de Sousa-PB.

A pesquisa revelou que 90,9% da amostra concordam que "a existência de um patrimônio paleontológico de importância internacional é motivo de orgulho para a

cidade", demonstrando a existência de um sentimento de pertencimento e valor simbólico.

No entanto, esse orgulho não se traduz em uso frequente do espaço, já que 81,8% dos moradores afirmaram visitar o parque "raramente" (1 vez por ano ou menos), 9,1% frequentam ocasionalmente (2 a 3 vezes por ano), 9,1% nunca visitou o MONA, e nenhum morador declarou frequentá-lo mais de 4 vezes por ano.

Quando questionados sobre como tornar o espaço mais atrativo para a comunidade, as respostas abertas foram categóricas e convergentes, focando nos incentivos culturais, infraestrutura de lazer e recreação, equipamentos de apoio e acessibilidade de transporte. Uma fala de um morador sintetiza o sentimento de abandono vivenciado pela comunidade e a falta de incentivo à visita ao MONA ao dizer "Falta o povo de Sousa dar valor!", indicando que a baixa frequência decorre não de desinteresse, mas da falta de estímulos e de uma programação consistente.

Os visitantes, por sua vez, avaliaram a experiência geral como positiva, o que demonstra o alto apelo do patrimônio paleontológico. No entanto, apontaram fragilidades significativas na infraestrutura de apoio, indicadas pelos seguintes dados: 0% concordou que a infraestrutura (passarelas, mirantes, banheiros) está em bom estado; 100% discordou totalmente de que a sinalização para chegar ao parque é eficiente; e as sugestões abertas incluíram "atividades com o local", "inserir algo inesperado" e "meio livre", indicando desejo por maior dinamismo e áreas de convivência. Tais respostas demonstram que, embora o patrimônio seja o grande atrativo, a qualidade da experiência do visitante é significativamente impactada pela precariedade da infraestrutura e dos serviços oferecidos.

O Plano de Manejo da SUDEMA (2021) já identificava, em seu diagnóstico, diversos fatores de risco ao patrimônio, como o intemperismo, a erosão fluvial e o pisoteio por gado. A visita técnica confirmou a persistência dessas ameaças, especialmente a erosão das camadas inferiores aos pavimentos com pegadas (figura 5), que pode levar ao colapso de trilhas icnofossilíferas de alto valor científico.

A percepção do funcionário corrobora com essa visão. Em resposta aberta sobre as fragilidades do parque, ele apontou a falta de recursos para manutenção contínua e a necessidade de valorização geral do local, trazendo atividades e melhorias, indicando uma demanda por obras e programação de atividades mais atrativas aos visitantes.

A partir desse diagnóstico integrado foi possível consolidar a matriz FOFA, que orientou a proposição das diretrizes apresentada no quadro 1.

Quadro 1 - Matriz FOFA para o Parque Vale dos Dinossauros.

FORÇAS (Internas)	OPORTUNIDADES (Externas)
• Patrimônio paleontológico de relevância internacional, com holótipos. • Forte sentimento de orgulho e identidade da população local. • Existência de um Plano de Manejo (SUDEMA, 2021) que define zoneamento e diretrizes claras.	• Potencial para integrar o Fórum Turístico Vale dos Dinossauros e fortalecer o geoturismo regional (CPRM, 2017). • Crescente demanda por turismo científico e de base comunitária. • Possibilidade de captação de recursos

• Infraestrutura básica implantada (museu, passarelas, centro de visitantes) que pode ser qualificada.	• via compensação ambiental e parcerias público-privadas (Lei do SNUC). • Potencial de uso do parque para atividades de educação ambiental com as escolas da região.
FRAGILIDADES (Internas)	AMEAÇAS (Externas)
• Infraestrutura de visitação e acessibilidade aquém das normas técnicas (NBR 9050): pisos irregulares, corrosão, falta de guarda-corpo. • Baixa acessibilidade universal: ausência de rotas acessíveis, pisos táteis, rampas adequadas e banheiros adaptados. • Sinalização turística deficiente (acesso e interna), comprometendo a orientação do visitante (100% de insatisfação). • Subutilização do parque pela comunidade local e falta de transporte que dê acesso ao local. • Processos erosivos ativos que ameaçam a integridade dos icnofósseis. • Carência de programas contínuos de educação ambiental e interpretação do patrimônio.	• Riscos climáticos (chuvas intensas) que aceleram a erosão do sítio e a degradação das estruturas. • Insuficiência de recursos financeiros e humanos para a implementação do Plano de Manejo. • Risco de danos irreversíveis ao patrimônio paleontológico pela ação combinada de fatores naturais e antrópicos. • Concorrência com outros destinos turísticos da região que oferecem melhor infraestrutura e programação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

No quadrante das Forças, destacam-se o patrimônio paleontológico de relevância internacional e o orgulho da população local. A existência do Plano de Manejo e da infraestrutura básica já implantada (museu, passarelas) também figuram como forças, pois fornecem um ponto de partida para as intervenções.

Nas Fragilidades, foram alocadas as deficiências internas mais críticas, principalmente a infraestrutura de visitação e acessibilidade, que está aquém da NBR 9050. A baixa integração com a cidade e a subutilização pela comunidade revelam o descolamento do MONA com o cotidiano sousense. Já os processos erosivos ativos, que ameaçam os icnofósseis, registrados no Plano de Manejo, completam o quadro.

No quadrante das Oportunidades, elencaram-se os fatores externos favoráveis, como o potencial de integrar o Fórum Turístico Vale dos Dinossauros e o Geoparque do Rio do Peixe, o que colocaria o MONA em uma rota de desenvolvimento do geoturismo regional. Além disso, a crescente demanda por turismo científico e a possibilidade de captação de recursos via compensação ambiental (Lei do SNUC) também configuram oportunidades concretas.

Por fim, nas Ameaças, registrou-se os riscos climáticos que aceleram a erosão e a insuficiência de recursos financeiros e humanos para implementar o Plano de Manejo, um problema externo à gestão imediata do parque, mas que ameaça qualquer ação planejada. Assim, a matriz FOFA serviu como base analítica para as

diretrizes de revitalização, orientando a priorização das ações conforme sua urgência e viabilidade.

Com base no diagnóstico consolidado e nas lições extraídas do estudo correlato de Sandre (2017) para o Parque Estadual da Cantareira - que propõe a integração de métricas de paisagem, Infraestrutura Verde (IEV) e gestão participativa -, as diretrizes foram organizadas em um plano de ação por etapas, visando harmonizar a preservação do patrimônio paleontológico com a qualificação dos espaços de visitação, a melhoria da acessibilidade e o fortalecimento do turismo sustentável, em consonância com os programas de manejo da UC, como o Programa de Proteção ao Patrimônio Paleontológico e o Programa de Turismo e Participação Social.

Pensando-se a curto prazo, a ideia foi focar na resolução de problemas de conservação e informação, considerados como de alta viabilidade de implementação, mas ao mesmo tempo que tenham baixo custo para a gestão do MONA, levando em consideração a limitação de recursos. Desse modo, foram pensadas três diretrizes a curto prazo.

A primeira diretriz consiste em implementar ações imediatas de conservação do patrimônio paleontológico, por meio de: (i) curadoria emergencial das pegadas, com limpeza e aplicação de substâncias estabilizantes por profissional especializado; e (ii) desassoreamento do canal de alívio nos pontos de contato com as pegadas e remoção da vegetação excessiva.

A segunda diretriz visa garantir a segurança e a acessibilidade básica dos visitantes, por meio de: (i) manutenção corretiva das passarelas, com reforço da estrutura metálica, repintura e instalação de guarda-corpos onde ausentes; e (ii) início da implementação de rotas acessíveis nos percursos de menor complexidade, eliminando desníveis pontuais e garantindo piso firme e antiderrapante.

A terceira diretriz propõe fortalecer a sinalização interpretativa e turística, por meio de: (i) criação e instalação de novas placas informativas com linguagem clara e acessível, utilizando recursos de acessibilidade visual como contraste e fontes ampliadas para atender à acessibilidade intelectual; (ii) melhoria da sinalização viária nas principais vias de acesso a partir do centro de Sousa; e (iii) elaboração de um folheto-guia digital e impresso com um mapa acessível do parque. Essas três diretrizes focam em amenizar as fragilidades mais urgentes: a Diretriz 1 responde à ameaça de perda irreversível do patrimônio por erosão; a Diretriz 2 ataca os riscos de segurança identificados na visita ao local e a total insatisfação dos visitantes com a acessibilidade; e a Diretriz 3 resolve a queixa unânime sobre a sinalização de acesso, iniciando a adequação da comunicação interna.

As diretrizes de médio prazo contemplam intervenções de planejamento e investimentos moderados, visando qualificar a experiência do visitante e a gestão do parque. Sendo, portanto, estabelecidas mais três diretrizes para o médio prazo.

A quarta diretriz propõe requalificar a infraestrutura de apoio à visitação com foco na acessibilidade universal, por meio de: (i) reforma e adequação de todo o estacionamento seguindo rigorosamente os parâmetros da NBR 9050/2020, com vagas próximas às entradas medindo no mínimo 2,50 x 5,00 metros, com área de circulação adicional de 1,20 metro para permitir a abertura de portas e transferência de cadeiras de rodas, conectadas a uma rota acessível; (ii) implantação de novo piso

tátil de alerta e direcional em todo o percurso das trilhas principais, conectando o estacionamento, o museu, os mirantes e a área de contemplação do sítio paleontológico; e (iii) incorporação de maquetes táteis das pegadas e do relevo da região, promovendo a acessibilidade sensorial.

A quinta diretriz visa promover a integração do parque com a comunidade e o entorno, inspirada na gestão participativa de Sandre (2017), por meio de: (i) criação de um programa de visitas guiadas e monitoradas para as escolas municipais, utilizando o parque como extensão da sala de aula para ensino de história, geografia e ciências; (ii) implementação de um calendário anual de eventos, como oficinas de paleontologia, feiras de artesanato temático e circuitos de observação astronômica, transformando o parque em um espaço de convivência; e (iii) estímulo à criação de uma rede de comércio e serviços locais, como pousadas, restaurantes e guias, integrada ao Fórum Turístico Vale dos Dinossauros.

A sexta diretriz propõe implementar soluções de Infraestrutura Verde (IEV) no entorno, por meio de: (i) aplicação dos conceitos de IEV para controle de processos erosivos e valorização paisagística; (ii) plantio de espécies nativas arbóreas nas margens mais erodidas do canal de alívio e do Rio do Peixe; e (iii) criação de pequenos "jardins de chuva" em pontos estratégicos para absorver o escoamento superficial e reduzir o aporte de sedimentos no sítio paleontológico, contribuindo para a acessibilidade social ao melhorar as condições ambientais do parque.

As diretrizes de longo prazo envolvem projetos de maior volume para transformar e consolidar o MONA como um polo de turismo científico e cultural de excelência, e que, conseqüentemente, requerem um maior planejamento e investimento. Foram pensadas duas diretrizes a longo prazo, totalizando oito diretrizes para o MONA.

A sétima diretriz propõe consolidar a Zona de Recreação (ZR) delimitada pelo Plano de Manejo como um polo de lazer e conhecimento, por meio de: (i) implantação de uma estrutura completa de apoio ao visitante, como um centro de interpretação ampliado com exposições interativas sobre a Era dos Dinossauros e a formação geológica da Bacia do Rio do Peixe; e (ii) desenvolvimento de um parque temático educativo, com réplicas em tamanho real dos dinossauros que habitaram a região, integrado a trilhas ecológicas, e um viveiro de mudas nativas, criando uma oferta turística diversificada e de longa permanência.

A oitava diretriz visa estabelecer uma governança participativa e financeiramente sustentável, por meio de: (i) fortalecimento do Conselho Gestor da UC, garantindo a representatividade efetiva da comunidade, do setor privado e das instituições de pesquisa; (ii) implementação de um sistema de cobrança de ingresso com preços diferenciados para moradores (acessibilidade socioeconômica), cuja receita seja revertida para um fundo exclusivo de manutenção e melhorias do parque; e (iii) exploração de modelos de parceria com a iniciativa privada, por meio de concessões para a operação dos serviços de alimentação, loja e atividades turísticas, dentro dos limites legais do SNUC.

Percebe-se que a infraestrutura de apoio presente em UCs, como o caso do MONA Parque dos Dinossauros, que se materializa por meio de museus, passarelas e mirantes, deve adotar soluções projetuais que minimizem o impacto visual e ambiental, utilizando materiais locais ou de baixa manutenção, e adotando tecnologias

passivas de conforto térmico. O desenho das passarelas, por exemplo, não é apenas uma solução de acessibilidade, mas um instrumento de gestão de fluxo e preservação, direcionando os visitantes por rotas seguras que evitam a degradação direta dos icnofósseis.

O desenvolvimento deste trabalho mostrou que, de um lado, o MONA Vale dos Dinossauros possui um patrimônio científico e simbólico de valor inestimável, que se traduz em um fortíssimo sentimento de orgulho na população local e em uma avaliação geral positiva por parte dos visitantes, mas que, por outro lado, suas fragilidades operacionais, de infraestrutura e de acessibilidade são reconhecidas por todos os atores sociais.

Tratando sobre uma arquitetura ecoturística e integrada, Carvalho e Ponciano (2022) explicam que o ecoturismo qualificado depende criticamente de uma infraestrutura bem concebida, que oriente o visitante, transformando a visita em uma experiência educativa e transformadora. No caso do MONA, a infraestrutura precária e a falta de acessibilidade universal vão na direção oposta, comprometendo essa mediação.

Em seu trabalho sobre o Parque Vale dos Dinossauros, Costa e Martins (2023) já apontavam, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a necessidade de inclusão social e acesso universal, com reforma de trilhas, instalação de rampas e produção de materiais educativos em braile e Libras. As diretrizes aqui propostas incorporam essas recomendações e as aprofundam, integrando-as a uma visão sistêmica de revitalização que articula preservação, acessibilidade, gestão participativa e sustentabilidade financeira.

CONCLUSÃO

Os resultados demonstraram que, embora existam investimentos e melhorias realizadas ao longo dos últimos anos, o parque ainda enfrenta desafios operacionais e estruturais que limitam a experiência dos visitantes, e comprometem a plena valorização do patrimônio paleontológico.

Ao mesmo tempo, a pesquisa confirmou que o MONA possui importantes potencialidades, entre elas a singularidade do patrimônio fossilífero, o reconhecimento científico internacional, o forte potencial para o desenvolvimento do geoturismo e da educação ambiental, e sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

A utilização da análise FOFA possibilitou sistematizar as principais forças, fragilidades, oportunidades e ameaças relacionadas ao MONA, servindo de base para a formulação das diretrizes propostas. Dessa forma, foram estruturadas ações de curto, médio e longo prazo voltadas para a manutenção e requalificação da infraestrutura existente, ampliação da acessibilidade física, sensorial e intelectual.

As diretrizes elaboradas buscaram dialogar com os princípios da sustentabilidade, da acessibilidade universal e da preservação patrimonial, alinhando-se às orientações do Plano de Manejo do Monumento Natural e aos referenciais teóricos discutidos ao longo da pesquisa. Nesse sentido, revitalizar o Vale dos

Dinossauros não significa apenas promover melhorias físicas, mas também fortalecer sua função social, educativa, cultural e econômica, transformando o parque em um espaço mais inclusivo, integrado e capaz de proporcionar experiências significativas aos visitantes.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para futuras discussões acadêmicas e profissionais acerca da revitalização de unidades de conservação e patrimônios paleontológicos, servindo como subsídio para novas intervenções, estudos e políticas públicas voltadas à preservação e valorização do MONA Vale dos Dinossauros. Recomenda-se, ainda, que pesquisas futuras aprofundem estudos projetuais, análises de impacto turístico e propostas específicas de desenho urbano e arquitetônico para o parque e seu entorno, ampliando as possibilidades de integração entre conservação ambiental, turismo sustentável e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. **ALPB debate revitalização do Vale dos Dinossauros**. ALPB, 27 abr. 2012. Disponível em: <https://www.al.pb.leg.br/5597>. Acesso em: 17 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

CARVALHO, Francisco Fernando Livino de; PONCIANO, Luiza. A Arquitetura como Eclôso da Paisagem: Infraestrutura Ecoturística para Unidades de Conservação. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 3, p. 5-25, 2022. Disponível em: <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/article/view/1902>. Acesso em: 10 out. 2025.

COSTA, Adilvaneide Ferreira da; MARTINS, Maria de Fátima. Uma pesquisa bibliométrica do uso da ferramenta SWOT no gerenciamento do Parque dos Dinossauros no Município de Sousa, PB. **Revista Caribeña - QUALIS B1**, v. 12, n. 4, p. 1677-1701, 2023. Disponível em: <https://revistacaribena.com/ojs/index.php/rccs/article/view/2827>. Acesso em: 22 sep. 2025.

JORNAL DA PARAÍBA. **Vale dos Dinossauros, em Sousa, volta a receber turistas após obras**. Jornal da Paraíba, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/cotidiano/vale-dos-dinossauros-em-sousa-volta-a-receber-turistas-apos-obras>. Acesso em: 20 set. 2025.

MATROUK, Rania. Exploring the Role of Urban Design Development in Enhancing and Promoting Tourism of Historical Sites: The Case Study of Amman Citadel. **Athens Journal of Tourism**, v. 11, p. 1-22, mar. 2024. Disponível em:

<https://www.athensjournals.gr/tourism/2024-5733-AJT-Matrouk-03.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

SANDRE, Adriana Afonso. **O planejamento ambiental à luz da ecologia da paisagem: estudo aplicado da zona de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira**. 2017. 235 f. Dissertação (Mestrado - Área de concentração: Paisagem e Ambiente) - Universidade de São Paulo, FAUUSP, São Paulo, 2017.

SUDEMA. Superintendência de Administração do Meio Ambiente. **Vale dos Dinossauros em Sousa**. Sudema à População, 2 jun. 2022. Disponível em: <https://sudema.pb.gov.br/sudema-a-populacao/visite-o-vale-dos-dinossauros-em-sousa>. Acesso em: 17 set. 2025.

SUDEMA. Superintendência de Administração do Meio Ambiente. **Plano de Manejo Monumento Natural Vale dos Dinossauros**. Andreoliambiental, abr. 2021. Disponível em: <https://sudema.pb.gov.br/informacoes-ao-cidadao-1/unidades-de-conservacao/arquivos/monumento-natural-vale-dos-dinossauros/plano-de-manejo-mona-vale-dos-dinossauros.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.